



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001735-80.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Anulação de Débito Fiscal**  
 Requerente: **Gomes de Assumpcao Comercio de Veiculos Ltda**  
 Requerido: **'Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

GOMES DE ASSUMPÇÃO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA move ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra o ESTADO DE SÃO PAULO. O réu lançou contra a autora o IPVA de 2013 de veículo que a autora, porém, alienou a terceiro anteriormente. A autora não deve o tributo. O réu, além do lançamento, ainda protestou a CDA, violando a honra objetiva da autora, causando-lhe dano moral. Sob tais fundamentos, pede (a) a declaração de inexistência e inexigibilidade do IPVA em relação à autora (b) a condenação do réu ao pagamento de indenização.

O réu contestou (fls. 24/41) sustentando que a autora não comunicou a venda ao órgão de trânsito, o que atrai a sua responsabilidade tributária.

Tramita em apenso o processo cautelar nº 1000366-51.2015, que se refere a ação cautelar de sustação do protesto acima referido, no qual foi concedida liminar (fls. 22/23).

É o relatório. Decido.

Julgo as ações conjuntamente; faço-o de modo antecipado, vez que a matéria controvertida é exclusivamente de direito, prescindindo da produção de outras provas (art. 330, I, CPC).

As demandas improcedem.

A autora não é contribuinte, mas é responsável tributária pelo IPVA.

É incontroverso que a parte autora não comunicou o órgão de trânsito a respeito da venda efetivada, como exige o art. 134 do CTB.

O art. 128 do CTN autoriza a lei a atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

No Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresse a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador e/ou dificultador de se lançar o tributo contra o atual proprietário.

Saliente-se que o fato de ter sido anotada no Cadastro Fenaseg a existência de uma intenção de gravame indicando terceiro como financiado não supre a ausência da comunicação feita pelo vendedor, por duas razões. Uma, por questão de legalidade, já que, pela lei, a comunicação - obrigação acessória - feita pela parte autora é o ato que poderia desobrigá-la. Outra, porque a anotação não indica os dados necessários para que a administração tributária possa lançar o IPVA ao financiado: são dados incompletos e que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

não viabilizam o lançamento tributário.

Sobre a questão, o TJSP: "DECLARATÓRIA. SÃO CARLOS. IPVA, DPVAT E OUTRAS TAXAS. ALIENAÇÃO À REVENDEDORA DE AUTOMÓVEIS. ALIENAÇÃO DESTA A TERCEIRO. AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO AO DETRAN. ART. 134 DO CBT. ART. 4º III DA L.E. Nº 6.606/09 E 6º II DA LE Nº 13.296/08. 1. Alienação. Revendedora. Responsabilidade. A Portaria DETRAN nº 1606/05 dispensou a revendedora de veículos de obter novo CRV em caso de aquisição de veículo para revenda, mas manteve a obrigação do cumprimento do art. 134 do CTB (dever de comunicar ao DETRAN a transferência do veículo) em caso de venda a terceiro. Omissão configurada. 2. IPVA. Responsabilidade. O proprietário que alienar o veículo e não comunicar a ocorrência ao órgão público encarregado do registro e licenciamento, inscrição ou matrícula, é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA nos termos do inciso III do art. 4º da LE nº 6.606/89 e art. 6º, II da LE nº 13.296/08. Precedentes. Solidariedade prevista nos art. 124 II e 128 do CTN. 3. IPVA. Alienação. A venda civil não pode ser oposta à administração tributária se descumprida a obrigação acessória da comunicação, nos termos do art. 123 do CTN; **o simples bloqueio administrativo ou a anotação de alienação fiduciária igualmente não surtem o mesmo efeito, pois desconformes ao regulamento e sem os dados necessários ao lançamento do tributo. A comunicação não surte efeito retroativo e não invalida os lançamentos feitos antes dela.** Improcedência. Recurso do autor desprovido". (Ap. 1002402-03.2014.8.26.0566, Rel. Torres de Carvalho, 10ª Câmara de Direito Público, j. 06/10/2014)

Assim, resulta legítimo o lançamento e é legal o protesto, este último efetivado com base no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492/97, inserido pela Lei nº 12.767/12.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo improcedentes a ação de conhecimento e a ação cautelar, revogando a liminar concedida nesta última, condenando a parte autora em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados globalmente, por equidade, em R\$ 1.000,00.

Oficie-se, nos autos da cautelar, para a revigoração do protesto.

P.R.I.

São Carlos, 29 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**